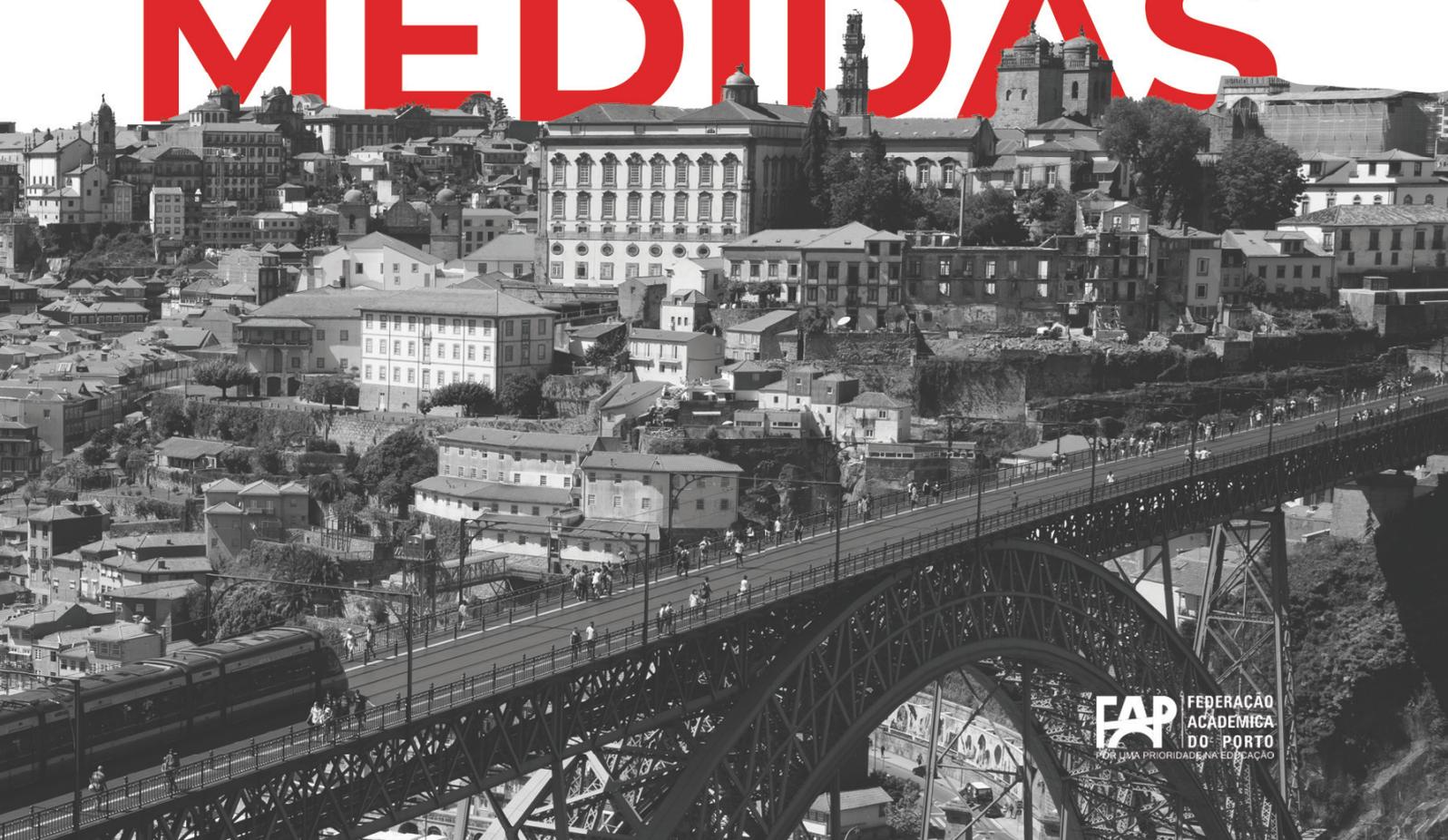




LEGISLATIVAS 2024  
DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS

# CADERNO DE MEDIDAS



FAP FEDERAÇÃO  
ACADEMICA  
DO PORTO  
POR UMA PRIORIDADE NA EDUCAÇÃO





LEGISLATIVAS 2024  
**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

## Preâmbulo

O primeiro trimestre de 2024 será marcado pelo calendário eleitoral conducente à realização das eleições legislativas, agendadas para 10 de março. Porém, ainda que a campanha eleitoral se inicie apenas no final de fevereiro, os múltiplos desafios com os quais o país se vê confrontado, requerem um debate elucidativo, sobre as propostas que os diferentes partidos políticos defendem para o país. Como ponto de partida, exige-se uma auscultação da sociedade civil, acompanhada por um diagnóstico sério, alicerçado em dados disponibilizados por entidades independentes.

A Federação Académica do Porto é uma estrutura de liderança geracional, que pensa e apresenta soluções aos desafios que se impõem aos jovens. Apresentamos por isso neste documento um conjunto de propostas concretas que conduzam à concretização de objetivos até 2028 para Promover a Igualdade de Oportunidades; Valorizar o Ensino Superior e Garantir a Emancipação Jovem.

Uma família pobre, em Portugal, demora em média 5 gerações a ascender socialmente. A mobilidade social, em Portugal, é das piores da União Europeia. Em Portugal os cursos com nota de entrada mais elevadas são os cursos com menos estudantes bolseiros, 50% dos estudantes têm explicações e 25% dos estudantes estudam no Ensino Privado.



LEGISLATIVAS 2024

**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

O Ensino Superior desempenha um papel fundamental no desenvolvimento económico, social e cultural de qualquer país. Contribui para o progresso científico e tecnológico, através das atividades de investigação e inovação, desenvolvidas nas IES, ou em parceria com outras entidades. E, sob um contexto económico de crescente competitividade, ocupa um lugar determinante na formação qualificada de profissionais em diversas áreas do saber.

Em Portugal 75% dos jovens ganham menos de 950€ e saem de casa dos pais em média aos 30 anos. Portugal vive o flagelo da Emigração jovem, emigraram cerca de 20 mil jovens por ano nos últimos anos, o que significou um impacto negativo para o país de pelo menos 18 mil milhões de euros.

Em 2023 foi dado início à execução do Portugal 2030, que materializa o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, e que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação até 2027. Paralelamente, até 2026, encontra-se em execução o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A disponibilidade de um volume de fundos sem precedentes deve representar uma oportunidade de transformação para o país, traduzida numa melhoria das condições de vida da população.

No período coincidente com a próxima legislatura, o Governo comprometeu-se com alcançar uma taxa de emprego entre os 20 e os 64 anos de 75%; atingir uma despesa de 2,7% a 3% do PIB em I%D; reduzir o número de pessoas em risco de pobreza em menos 200 mil pessoas; diminuir a taxa de abandono escolar precoce em 10%; e alcançar 40% de diplomados na faixa etária 30-34, número que ascende a 50% para 2030.

É por isso imprescindível dar voz a uma geração que não se resigna a ser a primeira a viver pior do que a anterior. A valorização das políticas de juventude e do ensino superior tem de ser uma causa de todos os partidos políticos, têm de ser um desígnio nacional.

Em Portugal **75% dos jovens ganham menos de 950€** e saem de casa dos pais em média aos 30 anos.

# PROMOVER A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

CADERNO DE MEDIDAS

01

... persistem ainda **disparidades que condicionam** o acesso ao Ensino Superior...



LEGISLATIVAS 2024  
**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

## Promover a Igualdade de Oportunidades

O sistema de ação social tem sido um pilar essencial para o processo de mobilidade social, proporcionando aos estudantes provenientes de contextos socioeconómicos mais frágeis, a oportunidade de frequentarem o Ensino Superior.

Com efeito, o número de estudantes que beneficiam de bolsas de estudo de ação social cresceu mais de 26 vezes desde o 25 de Abril, tendo passado de 2.973 beneficiários em 1974, para 77.778 no final do ano letivo 2022/2023. No entanto, apesar da conjuntura económica adversa e de um aumento do número de candidatos, o número de bolsas atribuídas ao longo do último ano letivo diminuiu cerca de 2%.

A montante do sistema, persistem ainda disparidades que condicionam o acesso ao Ensino Superior e constroem, assim, a mobilidade social. Dados recentes demonstram que a Escola Pública tem vindo a perder eficácia na resposta aos desafios de aprendizagem que decorrem da desigualdade de rendimentos, e/ou de estruturas de capital cultural e social distintas.

# PROMOVER A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES



LEGISLATIVAS 2024  
**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

## Objetivos para a Legislatura



Aumentar o número de estudantes economicamente carenciados a frequentar ciclos de estudos com médias de entrada mais elevadas.



Reforçar as condições financeiras proporcionadas aos estudantes bolsheiros, por forma a promover maior igualdade na obtenção de sucesso académico.



Disponibilizar um total de 50 mil camas em residências estudantis e apoiar o acesso dos estudantes deslocados a alojamento a custos acessíveis.



# PROPOSTAS

- 01 Reforçar o recém-criado Contingente Prioritário para Candidatos Beneficiários de Ação Social Escolar (escala A) com mais vagas, aumentando de 2% para 4% por ciclo de estudos, ou no mínimo 2, se inferior à percentagem proposta.
- 02 Atualizar o valor da bolsa de referência, utilizada para o cálculo da bolsa de estudo a atribuir, de 11 para 12 IAS, por forma a provocar um aumento real da bolsa base anual recebida por todos os estudantes beneficiários do sistema de ação social direta.
- 03 Reforçar as verbas destinadas ao PNAES e estabelecer uma linha de financiamento para antecipação parcial de reembolsos a entidades promotoras que não disponham de capacidade orçamental para executar os investimentos aprovados.
- 04 Implementar um Programa de Apoio ao Alojamento para estudantes deslocados, não bolseiros, inseridos em agregados familiares com rendimentos per capita até 28 IAS e taxas de esforço com habitação superiores a 35%, que apoie em 50% do valor de renda, até ao limite do complemento de alojamento definido no RABEEES.
- 05 Definir um enquadramento legal que estabeleça a autonomização das verbas destinadas aos Serviços de Ação Social em sede de Orçamento do Estado.

# VALORIZAR O ENSINO SUPERIOR

CADERNO DE MEDIDAS

02

...para melhorar o **funcionamento e a capacidade** de planeamento estratégico...



LEGISLATIVAS 2024  
**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

## Valorizar o Ensino Superior

O investimento nas qualificações da população é crucial para o desenvolvimento do país. Economias com uma população mais qualificada são, habitualmente, economias com maior capacidade produtiva e mais competitivas no contexto europeu e internacional.

Ao longo dos últimos anos registou-se um crescimento da dotação para as IES. Aliás, o aumento inscrito no Orçamento do Estado para 2024 corresponde ao maior reforço registado em 10 anos. Ainda assim, os efeitos da inflação, a par do crescimento dos salários, continuam a condicionar a capacidade de investimento e planeamento estratégico das instituições. E, no campo da ciência, os últimos dados disponíveis demonstram que, em Portugal, a despesa total com I&D se situa em 1,73% do PIB, ainda, distante do objetivo de 3%, definido a nível europeu.

As IES encontram-se hoje confrontadas com um contexto extremamente desafiante, marcado por um ritmo de desenvolvimento tecnológico sem precedentes. É, por isso, fundamental reformar o sistema, para melhorar o funcionamento e a capacidade de planeamento estratégico das IES, e aumentar o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico, através da inovação pedagógica e da transferência de conhecimento.

# VALORIZAR O ENSINO SUPERIOR



LEGISLATIVAS 2024  
**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

## Objetivos para a Legislatura



Valorizar o papel do Ensino Superior enquanto motor do desenvolvimento económico e social.



Concretizar a revisão do RJIES, promovendo a autonomia e a democraticidade na gestão das instituições e capacitando-as para responder a novos desafios.



Atingir a meta de investimento de 3% do PIB em despesa com I&D, contribuindo para um aumento da produtividade e competitividade da economia.



# PROPOSTAS

- 01 Manter o Ensino Superior e Ciência sob a tutela de um ministério para o setor, por forma a relevar a importância estratégica da formação qualificada e o desenvolvimento e coordenação de políticas de investigação e transferência de conhecimento.
- 02 Aumentar a dedução à coleta de IRS estabelecida para as despesas com educação, de 30 para 40%, com um limite de 1.300€ por agregado familiar.
- 03 Implementar um processo obrigatório de certificação das competências pedagógicas dos docentes, a par do desenvolvimento de um modelo de ensino-aprendizagem mais ativo, baseado numa redução da carga horária letiva e do estímulo à autonomia do estudante.
- 04 Reforçar a participação dos estudantes nos órgãos de governo e de gestão das IES, assegurando uma representatividade superior à conferida a membros externos, e alterar o processo de eleição do Reitor ou Presidente, instituindo uma assembleia eleitoral representativa dos diferentes corpos da Academia, com maior equidade.
- 05 Reservar a denominação de universidades politécnicas exclusivamente a Instituições de Ensino Superior que lecionem programas de doutoramento

# **GARANTIR A EMANCIPAÇÃO JOVEM**

CADERNO DE MEDIDAS

03

...mais de **metade**  
**dos jovens**  
admitem emigrar...



LEGISLATIVAS 2024  
**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

## Garantir a Emancipação Jovem

A redução da dívida pública tem vindo a adquirir um lugar de destaque na agenda política. Para além de constituir um peso para os contribuintes, é um fator limitativo das opções de política pública, com consequências no desenvolvimento do país e na qualidade de vida das gerações futuras. Mas, a redução da dívida deve ser acompanhada de políticas que fixem os mais jovens no país, e que assegurem que estes não venham a viver pior do que os seus pais ou avós.

Estudos recentes revelam que, mais de metade dos jovens, admitem emigrar, estando a instabilidade financeira e problemas com a habitação entre as principais preocupações. Esta situação, para a qual é necessário encontrar respostas, tem sido marcada por uma desvalorização da formação superior. Em 2011, um jovem entre os 25 e os 34 anos com um curso superior recebia, em média, 1.570€, mas, em 2022, esse valor foi de 1.359€.

Travar a emigração qualificada e a drenagem dos recursos investidos na educação, depende de políticas de juventude transversais, acompanhadas por uma valorização salarial que convirja com a média europeia.

# GARANTIR A EMANCIPAÇÃO JOVEM



LEGISLATIVAS 2024  
**DA ACADEMIA  
PARA O PAÍS**

## Objetivos para a Legislatura



Aumentar o salário real dos jovens diplomados em 30%, valorizando a formação superior e contribuindo para a redução da emigração jovem qualificada.



Diminuir o desemprego jovem em pelo menos 50%, convergindo com a média europeia.



Reduzir a idade média de saída de casa dos pais em pelo menos 3 anos, convergindo com a média europeia.



# PROPOSTAS

- 01 Estabelecer a transversalidade das políticas de juventude como um desígnio nacional, através da criação de uma Secretaria de Estado exclusiva para a área, colocando-a sob a tutela direta do Primeiro-Ministro.
- 02 Apoiar a contratação de jovens até aos 30 anos, através da isenção da TSU durante 3 anos para todas as empresas que celebrem contratos sem termo com jovens, desde que com remuneração base superior a 1.250€, e aplicação de uma redução à taxa de IRC para empresas cujo número de trabalhadores jovens seja superior a 40% e que disponham de políticas de valorização salarial.
- 03 Aumentar o período de isenção total de IRS para jovens para 3 anos, abrangendo os rendimentos até ao limite do 4.º escalão, e a partir do primeiro ano de trabalho, seguido de um período de redução progressiva da isenção, com um limite de 25%, e até aos 30 anos.
- 04 Aumentar o parque público de habitação de 2% para 5% e duplicar a dotação orçamental do programa Porta 65, por forma a apoiar o acesso de jovens até aos 35 anos, a habitação a custos comportáveis.

